

O 25 de Novembro, 40 Anos Depois

Muito agradeço a tão oportuna iniciativa dos organizadores das comemorações dos 40 anos do 25 de Novembro de 1975, sublinhando a participação nesta sessão de amigos que muito estimo, como António Barreto, Francisco Balsemão e Vasco Rocha Vieira.

Gostaria igualmente de aproveitar esta oportunidade para salientar o papel que tiveram ao longo do “Verão Quente” de 1975 aqueles que conduziram à normalização do funcionamento das instituições militares, como os Generais Ramalho Eanes – grande estratega do 25 de Novembro e, a seguir, Chefe do Estado-Maior do Exército – Pires Veloso, Franco Charais e Pezarat Correia, estes três últimos Comandantes das Regiões Militares do Norte, Centro e Sul, bem como os Coronéis Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, e Jaime Neves.

Uma palavra do maior reconhecimento é devida ao Grupo dos Nove, liderado por Melo Antunes, e em que também participaram Vítor Alves e Vítor Crespo. Os três fizeram parte do VI Governo Provisório, em que tive o privilégio de exercer as funções de Secretário de Estado do Tesouro. Era Ministro das Finanças essa notável figura de homem de Estado e firme resistente à ditadura que foi Francisco Salgado Zenha. Tive, então, contactos estreitos



POR
Artur Santos Silva

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

com esses três ministros e muito apreciei a capacidade política e intelectual que revelaram, bem como a sua personalidade marcada por elevadas qualidades humanas e de carácter.

Estou certo que o período conturbado que, de forma crescente, vivemos a partir de finais de Julho de 1974 teria sido diferente se Ernesto Melo Antunes tivesse sido então escolhido para Primeiro-Ministro.

A revolução de 25 de Abril foi feita com o triplo propósito de implantar uma democracia pluralista, acelerar o nosso desenvolvimento económico e promover a descolonização.

Se o 25 de Abril significa o derrube do regime autoritário que marcou Portugal durante 48 anos e que nos afastou do melhor que então acon-

teceu na Europa Ocidental, o 25 de Novembro vem repor genuinamente o propósito da construção de uma sociedade democrática.

Sobretudo a partir de Janeiro de 1975, com a unicidade sindical, que enfrentou forte oposição do PS e do PPD e em que Salgado Zenha se afirmou como a grande referência à sua contestação. Depois, com a resistência das forças políticas radicais a que fosse executado o Programa Político, Económico e Social, liderado pelo Ministro Melo Antunes. Tratava-se de um conjunto coerente e reformista de medidas que muito teriam contribuído para impedir as tentações de nos impor um modelo socialista. Tiveram cuidada e esclarecida participação na sua elaboração os ministros Silva Lopes, Emílio Rui Vilar e Maria de Lourdes Pintassilgo, bem como o Secretário de Estado, Vítor Constâncio. Após aprovação pela Assembleia do MFA e pelo Governo, foi publicado a 21 de Fevereiro. Nele não se previam nacionalizações no sector financeiro, salvo o Crédito Predial Português, em que o Estado aumentava a sua participação para 51%, solução que era igualmente aplicada ao sector eléctrico e a certas indústrias extrativas.

A partir de 11 de Março de 1975, Portugal viveu tempos muito conturbados, em que dominavam a angústia e o medo por força do radicalismo que então se instalou no poder.

É extinto o Conselho de Estado, é criado em sua substituição o Conselho da Revolução, decide-se a nacionalização no sector da Banca e Seguros, bem como das principais empresas ligadas aos maiores grupos económicos.

Depois, em 11 de Abril, os militares impõem o Pacto MFA-Partidos, para garantir a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, sendo exigido aos Partidos que se comprometessem a consagrar na Constituição dois princípios – o da irreversibilidade das nacionalizações de empresas e das expropriações de terras, bem como o da continuidade do Conselho da Revolução como órgão responsável pela apreciação da constitucionalidade de toda a legislação a aprovar.

Embora o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte realizadas em 25 de Abril tivesse proporcionado ampla maioria ao PS e ao PPD com

2/3 dos deputados, imperava no poder militar uma facção que defendia um regime autoritário socialista e que muito marcava a composição do Governo a partir do 11 de Março.

Importa recordar que Mário Soares, a quem o regime democrático tanto deve, foi impedido de falar nas comemorações do 1º de Maio; em Maio e Junho, violando a mais elementar legalidade, ocorreu sucessivamente a ocupação, por forças da extrema-esquerda, de dois media que defendiam os valores de uma sociedade democrática – o jornal “República” e a “Rádio Renascença” – sendo, assim, silenciada a sua voz livre. No “Diário de Notícias”, cerca de metade da Redacção (24 jornalistas) foi saneada, por defender maior democracia da linha editorial. Direta ou indiretamente estatizados, a televisão, a rádio e os jornais de Lisboa amplificavam a voz da esquerda radical em clara minoria no País.

Em 8 de Julho, é aprovado pela Assembleia do MFA o documento “Aliança Povo/MFA”, que claramente aponta para um regime revolucionário socialista.

Vivendo então no Porto, gostaria de salientar alguns aspectos do que aí aconteceu.

O Comandante da Região Militar do Norte, Eurico Corvacho, era o grande responsável pelos atentados mais flagrantes ao Estado de Direito, desde prisões arbitrárias a sevícias sobre os presos “políticos” – como veio a confirmar o relatório mandado elaborar pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, em 1976 – tal como pela mobilização de inúmeros militares para ações desestabilizadoras junto das populações e, em especial, no interior das empresas. A sua atuação foi claramente atentatória dos valores cívicos e militares, como ficou bem demonstrado em 18 de Junho, por ocasião do comício do PS, no estádio das Antas. Decidiu, então, pôr de prevenção todas as unidades militares da sua Região, assim como hospitais, ao mesmo tempo que mobilizou militares para ajudarem a formar barricadas nas principais entradas da cidade do Porto, para impedir a entrada da reação, isto é, os simpatizantes do PS...

Com a sua habitual coragem, Mário Soares percorreu a pé todo o trajeto da Praça da Batalha até ao Estádio das Antas. As barricadas foram rapida-

mente desmontadas pelos populares interessados em participar no comício, tudo tendo decorrido sem incidentes significativos e tendo constituído uma impressionante demonstração de contestação ao Partido Comunista e à Intersindical, ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, a Eurico Corvacho e aos militares mais radicais.

No dia seguinte, o mesmo ambiente de contestação à situação político-militar dominante viveu-se em Lisboa, com o comício do PS realizado na Alameda Afonso Henriques.

A maioria dos comandos das unidades militares da Região Norte decidem deixar de obedecer a Eurico Corvacho e passam a só aceitar ordens de Franco Charais, Comandante da Região Militar do Centro.

Em 5 de Setembro realiza-se a Assembleia do MFA em Tancos. É decidida a substituição do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves. Eurico Corvacho é finalmente demitido, vindo a ser nomeado para o substituir Pires Veloso, que havia cumprido missão de Governador e Alto-Comissário em São Tomé e Príncipe, tendo merecido consenso entre a maioria dos militares da Região Norte.

A anarquia, a confusão e a indisciplina eram então as maiores na generalidade das unidades militares da Região Norte.

Pires Veloso, atuando com a maior rapidez, notável intuição e capacidade de diálogo, restituiu disciplina à generalidade das estruturas militares. Fez regressar os oficiais aos quartéis, pondo termo a missões absurdas de agitação em empresas.

Assim afirmou a sua coragem, sabedoria e o seu carácter firme. Missão também muito importante foi a de fazer respeitar a lei e assegurar a liberdade a todos, afirmando a isenção dos militares.

No início de Outubro encerrou uma Unidade muito indisciplinada, o CICAP e normalizou o funcionamento de uma outra Unidade altamente perturbadora, o RASP. Para tal teve o apoio de forças populares mobilizadas pelo PPD e pelo PS.

No panorama militar nacional a Região Norte afirmou-se como o paradigma da ordem num Estado de direito.

No final de Setembro, é assaltada e incendiada a Embaixada de Espanha.

O próprio Governo é sequestrado por três vezes, a última das quais a 20 de Novembro, em resultado do cerco à Assembleia da República e à residência do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo, em 13 de Novembro, por uma manifestação de operários da construção civil sem resposta adequada de forças policiais ou militares.

Na sequência deste último sequestro, o Governo entra em greve ... exigindo elementares garantias de segurança dos comandos militares. Oteló é, então, substituído como comandante do COPCON e da Região Militar de Lisboa por Vasco Lourenço. O Presidente da República declara o estado de sítio na Região Militar de Lisboa através de estações emissoras a partir do Porto...

A 21 de Novembro, no quartel do RALIS, os militares fazem um juramento de bandeira revolucionário, com punho fechado no ar, perante o General Carlos Fabião.

A 24 de Novembro, forças civis erigiram barricadas em Rio Maior e, à noite, grupos de paraquedistas ocupam a Base Aérea de Monte Real, em Leiria, e ocupam Monsanto, prendendo o Comandante da Região Aérea de Lisboa, Pinho Freire.

Pires Veloso, com apoio direto do Vice-Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Lemos Ferreira, concentrou a maior parte dos aviões na Base de Cortegaça e, no final do dia, a Emissora Nacional e a RTP passam a emitir do Porto.

Mário Soares, Manuel Alegre e Sottomayor Cardia vêm para o Porto e apoiam Pires Veloso, tal como nesse mesmo dia o faz uma alta delegação do PPD.

Em Lisboa, Jaime Neves com uma Unidade de Comandos libertou Monsanto e controlou as forças revoltosas da Capital.

A partir de então, sem especiais alterações no Governo, inicia-se, finalmente, um processo de descompressão democrática e de normalização do funcionamento das instituições civis e militares.

Por tudo isto, o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, sublinhou, e bem, que “a história do 25 de Abril não se pode fazer sem o 25 de Novembro”.

Também por isso é tão justa e oportuna esta iniciativa. ■